

*Paul Ricoeur e o lugar da memória
na historiografia contemporânea* *

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN**

Universidade Estadual de Londrina

JULIO BENTIVOGLIO***

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O presente texto visa tecer breves considerações sobre as relações entre memória e narrativa na historiografia da segunda metade do século XX tendo a obra de Paul Ricoeur como referência central. O objetivo é discutir alguns aspectos e questões mais frequentemente apontadas por diferentes intérpretes que se referem ao estatuto da narrativa e ao lugar da memória e na historiografia recente, localizando seus aportes teóricos fundamentais e sugerindo alguns caminhos de reflexão. Situa a contribuição de *Tempo e*

* Artigo submetido à avaliação em 27 de julho de 2013 e aprovado para publicação em 2 de setembro de 2013.

** Maria Renata da Cruz Duran é graduada, mestre e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista, pós-doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, professora adjunta de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. Em 2008, recebeu o prêmio Monografias da Sociedade Histórica da Independência de Portugal por sua dissertação de mestrado, publicada em 2010, publicado pela Edunesp, com o título *Ecos do Púlpito*. Em 2012, publicou pela Eduff uma coletânea de sermões comentados intitulada *Triunfos da Eloquência*. Recentemente, publicou *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834* pela Editora Unesp.

*** Julio Bentivoglio é professor Adjunto de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo. Organizou a publicação de traduções de Droysen e Gervinus pela editora Vozes e de Chladenius pela Editora da Unicamp. Foi diretor da ANPUH seção ES (2011-2013), chefe do Departamento de História (2011), um dos editores executivos de *História da Historiografia* entre 2010 e 2013 e atualmente é vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais na UFES e editor da revista *Dimensões* (PPGHIS-UFES). É pesquisador vinculado ao CEO-PRONEX RJ, ao LAB-TEO USP e ao LPHC-UFES.

narrativa como decisiva para se pensar um novo olhar sobre a relação entre história e memória.

Palavras-chave: Memória; Narrativa; Paul Ricoeur.

Abstract: This paper aims to brief considerations about the relationship between memory and narrative in the second half of the twentieth century historiography and the work of Paul Ricoeur as a central reference. The purpose is to discuss issues and some aspects most often highlighted by different interpreters that refer to the status of the narrative and the place of memory and recent historiography, locating their fundamental theoretical contributions and suggesting some paths of reflection. It points the contribution of *Time and narrative* as critical to think a new approach at the relationship between history and memory.

Keywords: Memory; Narrative; Paul Ricoeur.

Only through time time is conquered.¹

Como a história é nossa história, o sentido da história é nosso sentido.²

Uma das inquietações mais prementes nos debates da historiografia atual é o lugar da memória nos estudos históricos. A bem da verdade é provável que tal questão nunca tenha saído, efetivamente, da pauta de reflexões historiográficas, pois, embora tendo conhecido debate mais exaustivo sobretudo na França a partir do final dos anos 1980 em torno de nomes como os de Pierre Nora e Paul Ricoeur, por exemplo, não são poucos os estudiosos que refletiram sobre o lugar da memória no interior dos estudos históricos ao longo do tempo. Neste texto, procuraremos sintetizar algumas preocupações a partir do seguinte questionamento: qual é e como se coloca a relação entre memória, história e narrativa para os

¹ ELIOT, T. S. *Burnt Norton*. The four quartets. Disponível em: <<http://www.coldbacon.com/poems/fq.html>>. Acesso em: 16/08/2013.

² RICOEUR, Paul. *Du text a l'action*. Paris: Folio, 1999, p. 80.

historiadores a partir da segunda metade do século XX? É provável que Paul Ricoeur (nascido em 1913 e morto em 2005) tenha sido, de longe, aquele que teceu considerações mais vigorosas em relação as estes questionamentos. Assim, ainda que este artigo não esgote os problemas acima levantados, ele procura reunir um conjunto de reflexões acerca da relação entre memória e história, tomando a obra do professor emérito de filosofia da Sorbonne, Paul Ricoeur, como eixo articulador.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial tem se evidenciado, em muitas análises históricas, uma nova ordem de relações estabelecidas entre a história e a memória. A partir de 1945, com efeito, observou-se um momento bastante fértil de novas contribuições produzidas pela historiografia européia, nas quais se identificam respostas diferentes para a relação entre memória e história, e, conforme estas respostas, abordagens e objetivos diversos foram propostos por diferentes historiadores, conferindo a esta problemática uma diversificação de posicionamentos e estudos até então não experimentada. Naquela altura, a memória passou a ser questionada em seu estatuto, justificativa e formas de apresentação³. Entendê-la passou, no século XX, a ser um exercício que cabia a muitas disciplinas, pois envolvia as múltiplas facetas assumidas pelo homem e pela sociedade, frente às mudanças tecnológicas, aos desdobramentos das guerras mundiais e, posteriormente, à ameaça nuclear; enfim, com tudo aquilo que permitiu ao homem uma percepção mais variada de si mesmo e do legado que lhe impunha o passado, coletivo e individual. Tal diversificação sublinhou a urgência no homem contemporâneo de compreender o *fardo* e o *trabalho* da memória como uma dimensão fundamental da existência, identificada na crescente obsessão pelo

³Jacques Le Goff cita o Manifesto o surrealismo a esse respeito: “Em 1822, André Breton anotou nos seus Carnets: “E se a memória mais não fosse que um produto da imaginação?” Para saber mais sobre o sonho, o homem deve poder confiar cada vez mais na memória, normalmente tão frágil e enganadora. Daí a importância no Manifesto du Surréalisme (1924) da teoria da “memória educável”, nova metamorfose das Artes Memoriae. (LE GOFF, 1992, p. 427).

reconhecimento da identidade e da diferença a fim de pensar maneiras de assimilar e apreender o outro⁴.

Não por acaso, um profundo interesse pelas questões do trauma e do ressentimento emergiram naquele contexto⁵. Justificadas pela noção de que, para além das razões, aquilo que costumamos chamar de sentimentos também poderia assinalar uma maneira de ver e de se posicionar no mundo. Nesta trilha, emergiu uma história configurada pelas manifestações do inconsciente, como desejaram historiadores do quilate de Peter Gay (1989). Mas também, e não em contraposição, uma história caracterizada por uma memória dos sentimentos e uma narrativa de ressentimentos.

Para Dominick LaCapra, o trauma teria se instalado desde o final da Segunda Guerra Mundial como um aspecto decisivo para se pensar a possibilidade de narrativas sobre o passado, produzindo verdadeira cicatriz constituidora da escrita da História contemporânea. Assim, o fazer histórico passou a indicar, sobremaneira, que *lugar* e *modo* configuravam, respectivamente, para muitos historiadores, um papel de *postura* e de *método*, de modo que era urgente compreender a *escrita da história* como uma *escrita de si*. Urgia pensar como a experiência individual e coletiva, localizada nas memórias e nos lugares de memória produzidos refletia este homem do século XX e do século XXI. Em outras palavras, remetia-se à uma problematização das relações entre memória e narrativa que seriam possíveis nos séculos XX e XXI, a fim de que alguns questionamentos dos historiadores pudessem ser compreendidos. O que conferiria sentido à sociedade contemporânea? À Revolução Francesa? À Revolução Russa? Ao holocausto? O que nos torna o que somos hoje e como compreender aqueles que viveram e narraram antes de nós? Para alguns historiadores, naquele momento, os eventos mencionados eram tratados não apenas como objetos para a narrativa, mas também para uma reflexão:

⁴ Obra que marcou época neste sentido ao condenar o revisionismo sobre o holocausto foi *Assassinos da memória* de Pierre Vidal-Naquet, publicada em 1987.

⁵ Com destaque para as reflexões de Dominick LaCapra, *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma* de 1994, *History and Memory after Auschwitz* de 1998 e *Writing History, Writing Trauma* de 2001.

Não me interessava narrar o fato. Ele já o foi muito adequadamente, no início do século[...]. O que eu pretendia era servir-me do fato, como de um elemento revelador, utilizando todas as falas que seu advento suscitara. Pois é nisto que o acidente factual pode nos interessar, a nós historiadores das estruturas. O fato explode. Seu choque repercute no mais profundo, e cabe esperar que venha à tona, emanando na penumbra onde costuma estar encoberta, uma quantidade de fenômenos que não falamos em voz alta no decorrer habitual da vida. Ora, enquanto falamos, do fato, em muito ao ruído que faz e à insólita inflação do discurso, faz-se alusão a que ali há certas coisas tão simples e banais que ninguém pensa em notá-las e que por esse motivo nos escapam, a nós, historiadores. Além disso, quando o fato é importante, fala-se dele, e o que a seu respeito se diz vai sendo aos poucos transformado, no complexo jogo da memória e do esquecimento. Tais modificações ainda são reveladoras, para nós, dessas forças obscuras que atuam sobre a memória ao longo das gerações (DUBY, 1993, p. 110).

Para Freud, em *O mal estar da civilização*, no século XX haveria uma ausência nos indivíduos, acometidos de um mal-estar freqüente, senão de uma inadequação, um isolamento, uma solidão, ou outra sensação que, invariavelmente, levariam a matizes desses sentimentos e a fórmulas que se apresentaram para explicar o tédio, o desespero, a euforia ou o entusiasmo coletivo. A crescente massificação apontada por alguns autores, sobretudo vinculados à teoria crítica (Cf. GANEBIN, 1992), acrescida à ênfase na singularização dos indivíduos, passou a ser compreendida como a reivindicação de um direito ao sentido da vida, como expressa Norbert Elias a partir das tentativas de individualização, mencionadas, sobretudo, em *O processo civilizador*. À escrita desse processo, senão envolto por ele, dedicaram-se muitos historiadores contemporâneos. Para a transformação dessa nova narrativa, sublinha o filósofo alemão Martin Heidegger duas décadas antes, concorreu um processo de reflexão sobre a linguagem de uma maneira mais ampla. No limite, uma compreensão de que a linguagem, ela própria, está

submetida ao tempo e às diferentes temporalidades que o compõe. Consoante, para Heidegger:

A transformação não se dá mediante a criação de novas palavras e frases. A transformação diz respeito à nossa relação com a linguagem. Somente um destino histórico pode determinar se e como o vigor da linguagem, enquanto mensagem arcaica do acontecimento apropriador, pode nos manter nesse vigor. Apropriando, mantendo, sustentando-se, o acontecimento apropriador é a relação de todas as relações. Por isso, enquanto resposta, nosso dizer permanece sempre um dizer da relação. A re-relação está sendo aqui pensada sempre a partir do acontecimento apropriador e não mais representada na forma de um mero relacionamento. Nossa relação com a linguagem determina-se pelo modo em que nós [...] pertencemos ao acontecimento apropriador (HEIDDEGGER, 2006, p. 215).

Por conseguinte,

Sem alterar a linguagem no tocante aos seus sons e ainda menos às suas formas e leis, o tempo, pelo desenvolvimento das idéias, pela força crescente de pensamento e pelo aprofundamento e penetração da sensibilidade, introduz com freqüência na linguagem o que ela antes não possuía. Na mesma morada coloca-se um outro sentido, na mesma configuração estabelece-se algo diverso, nas mesmas leis de associação instaura-se um passo mais elaborado de idéias. Esse é o fruto consistente da literatura de um povo e, privilegiadamente, da poesia e da filosofia (HEIDDEGGER, 2006, 216).

Destarte, a história é uma área de conhecimento que diz respeito ao homem e seu tempo, em toda a extensão de complexidade e flexibilidade que isso significa. Afinal, “as lembranças dos homens se adaptam a suas vicissitudes” (GANEGBIN, 1992, p. 22). Entre seus objetivos já constaram projetos, prescrições, análises e explicações e, na maior parte das vezes, essas

operações ocorrem simultaneamente. Para Paul Veyne: “O homem delibera, a natureza não; a história humana tornar-se-ia sem sentido se negligenciássemos o fato de os homens terem objetivos, fins, intenções” (Veyne *apud* LE GOFF, 1968, p. 23). Tais prerrogativas levam a considerar a História, para além de um saber acerca do homem, como um campo articulador de conhecimentos. Assim, quais seriam os fins que os historiadores do século XX ou XXI poderiam conferir à História? E, para que estes fins se efetivem, quais são seus meios? Tais questões nos conduzem ao problema das narrativas, tema central na obra de Paul Ricoeur. Segundo François Dosse, a originalidade de Ricoeur se estabelece porque

Recusando tanto o convite a fechar-se numa ontologia fundamental, à maneira heideggeriana, quanto a encerrar-se num discurso puramente epistemológico, Ricoeur põe em cena ‘mediações imperfeitas’, fontes de elaboração de uma ‘dialéctica inacabada’. É nesse espaço intermediário entre *doxa* e *episteme* que se situa o domínio do *doxazein*, que em Aristóteles corresponde justamente à dialéctica e exprime a esfera da justa opinião, que não se confunde com *a doxa* nem com *a episteme*, mas com o provável e o verossimilhante (DOSSE, 2001, p. 99).

Jacy Alves Seixas, para quem é impossível assinalar uma única assertiva à questão colocada, afirma que um dos aspectos dessa problemática é que:

A história, investida hoje em detentora arrogante do monopólio da memória coletiva, recriando-a a sua imagem e semelhança, permanece, em grande medida, carente de teorização sobre o conteúdo, o estatuto e os mecanismos de (re)produção da chamada memória histórica. O espantoso é o que império da memória e/ou do esquecimento históricos parece exercer-se mais eficazmente – tanto a eficácia política do “direito à memória” como de seu correlato, o “dever à memória” – à medida que suas problemáticas permanecem

informuladas, que seu campo teórico se mantém não delimitado, impreciso (SEIXAS, 2005, p. 61).

Assim construída desde o holocausto, a memória do século XX seria herdeira da noção patrimonial decorrente da Revolução Francesa, tal como assinala François Choay, em *A alegoria do patrimônio*. Ela teria assimilado os direitos e deveres desse evento tanto numa memória coletiva, quanto individual. Com isso a memória passou a assumir um papel político, configurando um discurso orientador ao lado da história. Não por acaso, diferentes historiadores insistiram na distinção entre memória e história. Para Jacy Alves Seixas, esta distinção não só é difícil de empreender, como é também perigosa, pois,

a memória possui dupla residência: habita inextricavelmente o mundo rígido e instável da matéria, tanto quanto reside, como elástica faculdade, em nosso espírito. Toda percepção, por mais breve que seja, supõe uma duração e está, por isso, impregnada de lembranças, de memória (SEIXAS, 2005, p. 64).

Assim, embora Pierre Nora afirme uma distância grande entre memória e história, há que se notar que é na memória que se efetiva uma reconciliação do instante com a duração, que a memória recria o real e o vivido. Não obstante, esse encontro do passado com o presente se dá de modo específico, pois,

Lembramos menos para conhecer do que para agir, sublinharam os autores modernos. Nessa perspectiva a memória é menos um entender o passado do que um agir; impossibilidade, portanto, de se cogitar uma memória desinteressada, voltada para o conhecimento puro e descompromissado do passado (SEIXAS, p. 53).

Na medida em que essa recriação da memória pode ser afirmada como história é que reside o que Jacy Alves Seixas chamou de memória voluntária. “A memória voluntária é uma memória uniforme e, em grande

medida, enganadora, pois opera com imagens que, apesar de representarem a vida, não “guardam” nada dela”(SEIXAS, p. 46). Ou seja, a História se constrói por uma operação similar à da memória voluntária e, de certa maneira, padece dos mesmos problemas, tais como o falseamento involuntário/inconsciente da verdade. Este problema é antigo, Nietzsche, Bergson e Proust já o identificaram e também se esforçaram por apresentar o caráter objetivo da memória na História, segundo Seixas.

É apenas considerando a função prospectiva e projetiva da memória (ressaltada tanto por Bergson como por Proust), portadora a um só tempo passado e futuro, que podemos estabelecer este vínculo instigante com a utopia e com a história. Pois a memória compartilha com a utopia de certos predicados distinguidores: a dimensão do tempo futuro, a designação dos *lugares*. Este último, precisamente, aponta para a expressão hoje dominante para se designar o contato memória-história, os estudos históricos da memória, os *lugares de memória* (SEIXAS, p. 55).

A apresentação desses lugares de memória obedeceu a um registro que em cada tempo teve seu vocabulário, lógica de articulação e objetivos próprios. Assim, a uniformidade da memória voluntária, objetiva ou racional hoje experimentada obedeceu inicialmente a uma lógica Oitocentista, apresentada em narrativas lineares e paisagens descritas.

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem esses rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentavam reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados,

organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 2005, p. 8)

Consoante, se procurarmos refletir acerca dos romances atuais iremos notar que a memória voluntária é hoje muito mais fragmentada. Teria a memória mudado? Os lugares de memória teriam sido recriados? De certa forma, a narrativa linear permaneceu, embora tenha intensificado suas características fragmentárias ou fugazes. Walter Benjamin é um dos principais defensores da preservação dessa narrativa fundadora e compartilhada. Jamais esquecer, eis a tônica do *Zakhor* judaico, um imperativo ético e político (BENJAMIN, 1995). De qualquer modo, o resultado dessa mudança na ordem do discurso, para Jacques Le Goff foi uma conversão do olhar histórico:

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na *moda retrô*, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem (LE GOFF, 1992, p. 472).

A *conversão* de Le Goff se configura como uma educação do olhar e do discurso sobre a História. Saber perguntar, saber contar, saber procurar, eis os mecanismos disseminados pela historiografia dos *Annales* que, por fim, contribuíram (sendo mutuamente alimentados por ela) para uma

interpretação e, ao mesmo tempo, uma reinvenção da memória. Se a memória servia como uma maneira de justificar o modo de ser dos homens, saber conduzir sua construção foi também uma forma de orientar uma determinada construção do ser. Para Le Goff, a História esteve envolvida nesse processo de construção do homem; crítica, todavia, em relação à sua própria matéria-prima: a memória. Construída como documento, a memória também se fixou de maneira ritualística e cotidiana, pois,

A memória situa-se, inicialmente, no presente, nos objetos cotidianos, na percepção destes objetos, na sensação que eles nos provocam. Mas em Proust a memória é, genealógicamente, ritualística e mítica: ela guardará esta natureza encantada, que lhe permite subitamente mostrar-se ou definitivamente ocultar-se, segundo uma dinâmica que lhe é própria. Isto é colocado logo no início de *Em busca do tempo perdido*, quando o narrador, para falar dos caminhos fortuitos trilhados pela memória para se manifestar evoca o mito (SEIXAS, 2002, p. 67).

Por meio da literatura de Proust e da psicanálise de Freud, a banalidade de certas lembranças passou a tematizar-se na importância de determinados eventos/idéias em nossas vidas e fazia-se notar que determinados atos e acontecimentos só ganharam materialidade em função dessas banalidades. Passou-se, então, a requalificar o frívolo e o furtivo como elementos dignos de análise. Segundo Proust:

Os paradoxos de hoje são os preconceitos de amanhã, já que os mais profundos e os mais desagradáveis preconceitos de hoje tiveram um instante de novidade em que a moda emprestou-lhes seu encanto frágil (PROUST, 2004, 162).

Para o historiador, o cronista ou o literato que registra tais eventos, a pena deve ser leve. O padrão de qualidade, segundo Proust, transformou-se e “os mais perfeitos retratistas deste tempo não as retratarão [as mulheres, no

caso de Proust], suponho, com nada muito fixo, nem muito rígido.”(Proust, 2004, 163).

Passou-se, pois, a considerar que a seleção dos eventos e idéias como objetos de estudo deveria se ampliar e que o trauma ou o ressentimento poderiam ser considerados elementos-chave, tanto para a historiografia, quanto para as ciências sociais – uma vez que eles legitimam parte considerável dos discursos sobre a violência que acomete a contemporaneidade. Le Goff (1986), entretanto, ressalta: “O cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento” (LE GOFF, 1986, p. 79). Para Seligman-Silva, o ressentimento teria se tornado um ponto de inflexão determinante, no qual a historiografia se passou a se colocar em um momento destacado e multidisciplinar⁶,

⁶ Uma das disciplinas que mais colaborou com a reconstrução dessa “nova história” foi a antropologia. Neste campo, “O objeto da antropologia não é reconstituir sociedades desaparecidas, mas pôr em evidências lógicas sociais e históricas” (AUGÉ, 1979, p. 170 *apud* LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 131). Diametralmente, “Os quatro exemplos de Burguière que ilustram a antropologia histórica são: 1) história da alimentação, que “se ocupa em tentar encontrar, estudar e, eventualmente, quantificar tudo o que se refere a essa função biológica, essencial para a manutenção da vida: a nutrição”; 2) a história da sexualidade e da família, que fez entrar a demografia histórica numa nova era, com a utilização de fontes coletivas (os registros paroquiais) e uma problemática que tem em conta as mentalidades, como, por exemplo, a atitude perante a contracepção; 3) a história da infância, que mostrou que as atitudes para com a criança não se reduziram a um hipotético amor paterno mas dependiam de condições culturais complexas: por exemplo, na Idade Média, não existe uma especificidade da criança; 4) a história da morte que se revelou como o domínio mais fecundo da história das mentalidades. “ (LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 133). Em outro sentido, François Jacob, biólogo Prêmio Nobel, 1970, apresentou duas maneiras de considerar a história da ciência: como sucessão de suas idéias e como genealogia e evolução das idéias. É preciso considerar que a contribuição dos historiadores da ciência foi uma importante contribuição para uma nova reflexão a respeito da história, afinal, a sucessão de modelos e verdades científica, ao invés de supor uma história mais objetiva e enxuta em suas apresentações, demandou a acentuação de um senso de tempo em que as novas descobertas dependiam também de uma reflexão comum sobre seus termos. Enfim, dependiam de perguntas que levassem seus homens a conclusões diferentes. Entender que a história lida com o tempo de duas questões, a presente e a passada, foi crucial para a elaboração de trabalhos como o de Thomas Khunn e, posteriormente, num desdobramento que talvez seja estabelecido por mim de maneira obtusa, em As palavras e as coisas de Michel Foucault.

Nele é, antes, preservado o elemento fragmentário da temporalidade, típico do registro pessoal ou coletivo da memória. Para Halbwachs, por exemplo, a História entra em cena com o fim da tradição, no “momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. Enquanto o tempo da memória coletiva é “uma corrente de pensamento”, a História precisa das esquematizações didáticas, ela divide o tempo para dominá-lo e compreendê-lo. Já Benjamin refletiu tanto sobre a nossa moderna incapacidade de narrar estórias em um mundo urbano onde o perigo espreita a cada segundo como também descreveu, e de certo modo incorporou no seu procedimento historiográfico, o princípio proustiano da *memóire involontaire*, que se deixa guiar não pela continuidade do tempo abstrato vazio, mas sim pelas associações dominadas pelo acaso (SELIGMAN-SILVA, 2004, p. 70).

Como exemplo dessa nova História,

Para Martin Broszat, historicizar significa submeter o período nazista – e com ele o genocídio – à *compreensão* histórica, sendo que *compreensão*, Verstehen, tem para ele o seu significado iluminista, de entendimento com base em sua atitude crítica. Ele opõe essa atitude, que denomina de científica, a uma “memória mítica” (que primeiro atribui aos judeus e, em uma carta posterior, tanto aos judeus quanto aos alemães). O que importa é que para Broszat a *Vergangenheitsbewältigung*, ou seja, o domínio entre passado nazista, passa pela separação entre a historiografia científica e a memória “mítica” (apesar de ele notar “generosamente” que modalidades mitológicas da memória, como a encontrada na literatura, contribuíam com os *insights* “inteligentes”) (SELIGMAN-SILVA, 2004, p. 73).

Tratava-se, todavia, de uma opção: “Devemos escolher entre uma história-saber objetivo e uma história-militante? Devemos adotar os esquemas científicos forjados pelo Ocidente ou inventar uma metodologia histórica simultânea de uma história?” (LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 139).

Para Seligman-Silva, é, pois, imprescindível lembrar que essa discussão sobre a memória circunda os problemas que envolveram a construção de uma memória-justificativa para o holocausto, recorrente de uma história mais tradicional, nacionalista e teleológica, como grande parte daquela história escrita no século XIX. No século XX, mantêm-se, senão retorna-se a uma história que pontua o cotidiano e a frequência dos hábitos como afirmação de perfis que identificam essa ou aquela cultura, mas, entre suas ressalvas de escrita

o historiador deve evitar a *visualização* e a *descrição*. Essa é a (anti) estética da narrativa historiográfica que deverá introduzir um “*new style*” ainda não encontrado: haurido a partir da ética da representação. Ressaltar a normalidade – como Broszart o quer – implicaria numa falsa *total presentation* e, mais ainda, impor uma continuidade: o que vai contra o *focus* das vítimas (SELIGMAN-SILVA, 2004, p. 75).

Referência para muitos historiadores brasileiros, Jacques Le Goff corrobora a compreensão de que, a partir de então, a história deveria “renunciar, portanto, à falsa problemática da infra-estrutura e da superestrutura” (LE GOFF, 1992, p. 12) e tomar para si uma nova estética narrativa, como, também, supor que o saber é um problema que, na área de História, implica em uma revisão contínua do modo de ser e de fazer-se⁷, que abarca uma tênue linha de sombra entre a opção por privilegiar a continuidade ou optar pela peculiaridade⁸. Para Jacques Le Goff,

⁷ Afinal, “Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social” (CERTEAU, 1970, p. 484 *apud* LE GOFF, Jacques. 1992, p. 19).

⁸ “O sistema é o fim da história porque ela se anula na lógica; a singularidade é também o fim da história porque toda história se nega nela.” (RICOEUR, 1961, p. 224, *apud* LE GOFF, Jacques. 1992, p. 19). Para Le Goff, “Podemos resumir estas idéias pela crítica do fato histórico, da história événementielle, e, em especial, política; a procura de uma colaboração com as outras ciências sociais (o economista François Simiand – que tinha publicado em 1903 na “Revue de Synthèse Historique”, pioneira da nova ciência sob a orientação de Henri Berr, um artigo, Méthode Historique et science sociale, em que denunciava os “ídolos”,

Esta concepção da história humana convida muitos historiadores a pensarem que a parte central e essencial da história é a história social. Charles-Edmond Perrin escreveu sobre Marc Bloch: “À história ele atribui como objeto o estudo do homem, enquanto integrado num grupo social” [em Labrousse, 967, p. 3]; e Lucien Febvre acrescenta: “Não o homem, mais uma vez, não o homem, nunca o homem. As sociedades humanas, os grupos organizados” [ibid.]. Em seguida, Marc Bloch pensava nas relações que o passado e o presente entrecruzam ao longo da história. Considerava que a história não só deve permitir compreender o “presente pelo passado” – atitude tradicional – mas também compreender o “passado pelo presente” [1941, p. 44-50]. Confirmando resolutamente o caráter científico e abstrato do trabalho histórico, Marc Bloch não aceitava que esse trabalho fosse estritamente tributário da cronologia; seria um erro grave pensar que a ordem adotada pelos historiadores nas suas investigações devesse necessariamente modelar-se pela dos acontecimentos” (LE GOFF, 1992, p. 23).

Dessa percepção, nota-se que a história é, ainda, um discurso produzido sob as ameaças de um tempo determinado que, segundo Jeanne Marie Ganegbin, pode ser ilustrado a partir de Heródoto, que em “várias partes da sua obra, não usa a palavra *história*, mas, a palavra *logos* (discurso) para identificá-las”; ou seja, “que diferencia a sua pesquisa de outras formas narrativas não é o seu objeto, mas o processo de aquisição destes conhecimentos” (GANEGBIN, 1992, p. 10-11). Em outras palavras, mais do que o objeto, o fazer-se da História é o que define a área ou a disciplina. Num tempo em que a memória é politicamente alçada ao posto de História, defender a História significa mais do que distingui-la da memória voluntária, é também identificar e dar a conhecer os motivos pelos quais essa memória é evocada e as maneiras como ela é apresentada.

“políticos”, “individuais” e “cronológico”, que inspirou o programa dos “Annales”, cujo espírito foi inspirado pelo sociólogo Émile Durkheim e o sociólogo e antropólogo Marcel Mauss); a substituição da história-conto pela história-problema, a atenção pela história do presente” (LE GOFF, 1992, p. 130).

Embora esse combate pareça remoto nos anos 2000, ter em mente que ele inaugurou novos rumos para a historiografia, ainda não totalmente superados, redirecionados ou atualizados, pode ajudar o historiador de hoje a compreender os caminhos que trouxeram a disciplina ao estágio em que se encontra, bem como a ler, criticamente, a historiografia produzida. Aprender, pois, a reconhecer a opção historiográfica dos pares como uma atitude narrativa pode constituir um importante passo no sentido da politização da disciplina, problema fulcral para a geração de 1960 a 1980. Segundo Ricoeur, citado por Jacques Le Goff, em *História e Memória*:

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado. A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *évènementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício do historiador, as que Marc Bloch tinha assinalado na sua apologia da história e do ofício de historiador. Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados' (RICOEUR, 1961, p. 226 *apud* LE GOFF, 1992, p. 21).

Esse quadro conduz a outro questionamento. Conquanto o trabalho do historiador no século XX junto à memória apresenta inúmeras linhas, todas elas estarão, pelo pacto em que se apresentam – o discurso – intrinsecamente ligadas à narrativa, ao tempo, ao problema, enfim, à presença de seu autor, mas o que é e como se apresenta essa presença?

Operativo poderia ser nesse aspecto, acompanhar o desenvolvimento do conceito de *dever de memória*, surgido na França nos anos de 1950 e

vinculado a celebração da memória dos deportados e combatentes franceses que morreram nos combates durante a Segunda Guerra Mundial (LALIEU, 2001: 83-94) e que, no final da década de 1960 passou a ser relacionado com a memória do holocausto de milhares de judeus que viviam na França” (HEYMANN, 2007, p. 18-9). De subsidiária, a memória teria sido potencializada como um dos sujeitos da história e a amplificação de sua importância teria conduzido, em alguns casos, a excessos nesse dever de memória, pois ela poderia ser utilizada com finalidades diversas. Igualmente, os abusos da memória acabaram provocando seu anverso, o esquecimento, tanto espontâneo quanto orquestrado por determinados grupos e instituições no intuito de manipular o conhecimento sobre o passado.

No caso especificamente brasileiro, o dever de memória, atualmente, está relacionado, sobretudo, com as memórias e experiências vividas durante a Ditadura Militar, basta acompanhar seus desdobramentos recentes na formação das Comissões da Verdade⁹. Ou seja, no Brasil, o dever da memória surge como um trabalho que obriga certos setores da sociedade e do Estado em “reconhecer o sofrimento imposto a certos grupos da população, sobretudo quando o Estado tem responsabilidade por esse sofrimento” (HEYMANN, 2007, p. 21). Assim, aqueles indivíduos que padeceram sob o Regime Militar perseguidos, torturados ou mortos, surgem como expressão de verdade, como protagonistas exclusivos de experiências traumáticas. Assim, seus testemunhos passam a ter, conforme sublinha Beatriz Sarlo, a função de “cura identitária”, pois, apresentam-se “por um lado como direitos reprimidos que devem se libertar” e, por outro, “como instrumentos da verdade” (SARLO, 2007, p. 39). No interior das universidades, sobretudo no interior dos cursos de História, o dever e os abusos de memória assumiram, não por acaso, maior importância (HEYMANN, 2007, p. 29).

Em relação aos analistas desta questão, destaca-se Tzvetan Todorov que em seu *Los abusos de la memoria*, identifica um verdadeiro culto atual à

⁹ Para saber mais, acesse o site da Comissão Nacional da Verdade: <<http://www.cnv.gov.br/>>.

memória, em especial nestas memórias traumáticas (TODOROV, 2000, p. 15). Todorov distingue os usos da memória em duas formas: *literal* ou *exemplar*. Na primeira, o evento é lembrado em sua literalidade “não levando mais além de si mesmo” (TODOROV, 2000, p. 30). Na segunda, o acontecimento é generalizado e sintetizado em um *exemplum*, de modo que o “passado transforma-se, portanto, em princípio de ação para o presente.” (TODOROV, 2000, p. 31). Reivindicatória de justiça, a memória teria, portanto, um papel de lutar contra toda forma de esquecimento. Neste sentido, Marieta de Moraes Ferreira sublinha que nos dois casos, são reforçados os rótulos de herói, vítima ou de moralizadores (FERREIRA, 2006, p. 200).

Beatriz Sarlo, em *Tempo Passado – cultura da memória e guinada subjetiva*, analisa os discursos e as retóricas memoriais e indica que os testemunhos passaram a impor um novo desafio à história, restringindo a crítica e criando enormes dificuldades para o trabalho dos historiadores (SARLO, 2007, p. 47). Para ela “o discurso da memória e as narrações em primeira pessoa se movem pelo impulso de bloquear os sentidos que escapam” (SARLO, 2007, p. 50), provocando encolhimento da história pela memória, transformando os historiadores em guardiães da memória. Tal impasse leva Sabina Loriga a afirmar que “é preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico”, mas sem nunca renunciar à crítica ou à dúvida sobre seus enunciados (LORIGA, 2009, p. 18).

Tal imperativo tem conduzido, inevitavelmente, a usos abusivos da memória. Ao analisá-los, Paul Ricoeur identifica três tipos de memória. Na memória impedida que se repete e se reelabora como uma atividade de luto, como uma compulsão, cujo “trabalho é a palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão de repetição” (RICOEUR, 2007, p. 85). Na memória manipulada “o trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho de luto” (RICOEUR, 2007, p. 86), ou seja, ele se relaciona com o trabalho de libertar-se da perda. Neste segundo tipo encontram-se as modificações feitas no passado pelos regimes autoritários, relacionadas com o negacionismo e o relativismo, em outras

palavras, com os “assassinos da memória”. Na memória obrigada, encontramos o dever de memória que visa curar as feridas do corpo político, de apaziguar um passado que jamais seria esquecido (RICOEUR, 2007, p. 99-100). Assim a memória surge como uma obrigação, como uma imposição.

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p. 101).

Essas novas demandas, não por acaso, tem levado alguns especialistas a falarem em *virada subjetiva* ou ainda em *virada ética*. Ricoeur distingue a memória da história. Para ele, a história deve “afirmar uma outra representação do passado”, exercendo a crítica para frisar sua função de “coordenação, [...] de 'síntese do heterogêneo', a história mede e corrige a memória – ou, mais exatamente, as memórias, no plural – a partir do princípio de equidade”, como sublinha Sabina Loriga (LORIGA, 2009, p. 26). Para Ricoeur o historiador deve ser algo como um médico e um sacerdote da memória e coadjuvar no equacionamento crítico de situações limítrofes e traumáticas. Sua meta “não deve ser a constituição de uma história objetiva, mas de uma história alimentada por uma boa subjetividade” arremata aquela autora (LORIGA, 2009, p. 30).

Para Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, a história diz respeito ao homem, em síntese, “a definição ordinária da história como conhecimento das ações de homens do passado procede desta restrição do interesse à esfera dos acontecimentos assinaláveis a agentes humanos” (RICOEUR, 1994, p. 139). Além disso, ela é narrativa, quer quando historiografia quer quando narrativa de ficção; pois, se a História desvincular-se das ‘operações cognitivas da compreensão narrativa’ deixará de ser História.

Sua proposta, portanto, foi a de “estudar, como filósofo, as diversas configurações da narrativa histórica como lugares de efetivação da identidade narrativa, fonte mediada do conhecimento de si” (DOSSE, 2001, p. 74).

Neste sentido, Paul Ricoeur pretende uma hermenêutica de si – social, antropológica, filosófica, psicológica e, ainda, narrativa:

Minha tese está, pois, igualmente afastada de duas outras: a que concluiria pelo recuo da história narrativa à negação de qualquer laço entre história e narrativa e faria do tempo histórico uma construção sem apoio no tempo da narrativa e no tempo da ação, e a que estabeleceria entre história e narrativa uma relação tão direta como aquela, por exemplo, da espécie ao gênero e uma continuidade diretamente legível entre o tempo da ação e o tempo histórico. Minha tese repousa na asserção de um laço indireto de derivação pelo qual o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica. Nesse sentido não é uma tese do meio-termo (RICOEUR, 1994, p. 134).

O homem, a narrativa e o problema – esse laço indireto de derivação – sustentam, pois, para Ricoeur, a escrita da história no século XX. Em outras palavras, “reconstituir os laços indiretos da história com a narrativa é finalmente trazer à luz a intencionalidade do pensamento histórico pela qual a história continua a visar obliquamente ao campo da ação humana e à sua temporalidade de base” (RICOEUR, 1994, p. 134). Assim, a história de Langlois e Seignobos serviria como referência inicial no estudo da narrativa, dos personagens e do acontecimento. A partir do século XX, contudo, novos problemas foram sendo colocados, demandando para Ricoeur duas proposições de base: a) a de que o tempo histórico se sustenta no tempo da narrativa (tempo público, escrita destinada à compreensão) e, b) a de que se deve admitir a intencionalidade de todo pensamento histórico.

Na admissão dessas duas teses, os historiadores do século XX deveriam ter em mente que seu ofício é feito de uma narrativa e de um problema. Primeiro porque “no sentido ontológico, entende-se por acontecimento histórico o que se produziu efetivamente no passado”

(RICOEUR, 1994, p. 139), assim, a história é passado e é irreversível¹⁰. Depois, porque esse passado é composto por uma série de referências comuns, por “uma história de acontecimentos, uma história factual, que só pode ser uma história-narrativa” (RICOEUR, 1994, p. 147). E, finalmente, porque “na medida em que o historiador está implicado na compreensão e na explicação dos acontecimentos passados, um acontecimento absoluto não pode ser atestado pelo discurso histórico” (RICOEUR, 1994, p. 140). Neste sentido, o autor esclarece que,

Primeiro, a história só é conhecimento pela *relação* que estabelece entre o passado vivido pelos homens de outrora e o historiador de hoje. O conjunto dos procedimentos da história fez parte da equação do conhecimento. Daí resulta que o passado realmente vivido pela humanidade só pode ser postulado, tal como o número kantiano, na origem do fenômeno empiricamente conhecido. Ademais, se o vivido passado fosse-nos acessível, não seria objeto de conhecimento porque, quando era presente, esse passado era como nosso presente, confuso, multiforme, ininteligível. Ora, a história visa a um saber, a uma visão ordenada, estabelecida sobre cadeias de relações causais ou finalistas, sobre significados e valores (RICOEUR, 1994, p. 142).

Sendo assim, seu *façer-se* é de ordem da narrativa, pois explora (explicando, analisando ou descrevendo) essas cadeias de relações sem as quais a história não se daria. Não obstante, Paul Ricoeur sublinha dois caminhos pelos quais essa visão ordenada foi almejada: a) o da historiografia francesa, no qual o fato social total foi considerado, e, b) o do positivismo lógico, em que houve uma separação entre a explicação histórica e a compreensão narrativa. Segundo o filósofo:

¹⁰ “[...] o evento que só acontece uma vez. [...] o evento é o que poderia ter sido feito diversamente. Enfim, a alteridade tem sua contrapartida epistemológica na noção de afastamento em relação a qualquer modelo construído ou a qualquer invariante” (RICOEUR, 1994, p. 139).

A historiografia de língua francesa e a epistemologia neopositivista pertencem a dois universos de discurso muito diferentes. A primeira é tradicionalmente de uma desconfiança sem tréguas quanto à filosofia, que identifica de bom grado com a filosofia da história de estilo hegeliano, confundida por comodidade, com as especulações de Spengler ou de Toynbee. Quanto à filosofia crítica da história, herdada de Dilthey, Rickert, Simmel, Max Weber e continuada por Raymond Aron e Henri Marrou, nunca foi realmente a corrente principal da historiografia francesa. É a razão pela qual não encontramos, nas obras mais preocupadas com metodologia, uma reflexão comparável à da escola alemã do início do século e à do atual positivismo lógico ou de seus adversários de língua inglesa sobre a estrutura epistemológica da explicação em história. Sua força está alhures: na estrita aderência ao ofício de historiador (RICOEUR, 1994, p. 137).

Para Ricoeur, o elo dessas duas correntes é a defesa da História como disciplina e do discurso como sua forja. O manuseio da ferramenta, contudo, e os objetivos que guiam esse manuseio, são o motivo da discórdia. Há, para Ricoeur, um corte epistemológico entre as propostas e ele teria sido polarizado por Max Weber e Émile Durkheim. Para o filósofo, ambas as correntes negam a narrativa como ponto de vista e pressupõem o passado como um *ter-sido* absoluto. Elas também admitem uma redação desse passado complexa e multifacetada que, todavia, considere a ação humana passada como uma alteridade absoluta, de propriedade absoluta do passado. Ou seja, para ambos, na leitura de Ricoeur, o passado deixa raízes no presente, mas não pode ser restituído nele, nem como narrativa absoluta, nem como ressentimento. No modelo alemão, contudo, o passado é reavivado pelas perguntas que se faz ao presente. A construção presente da memória resgata o passado, restituindo sua importância e conferindo valor ao trabalho do historiador, mas, ao mesmo tempo, selecionando *o que e como* lembrar.

Como referências desses modelos foram afirmadas as propostas idiográfica e nomotética. Na proposta nomotética, prevalecia o modelo da pesquisa naturalista, já na idiográfica, o da pesquisa histórica. Para Ricoeur,

A superioridade dos trabalhos nascidos do neopositivismo deve-se, ao contrário, à sua preocupação constante de adequar a explicação em história aos modelos que supostamente definem o saber científico, a unidade profunda de seu projeto e de seus resultados (RICOEUR, 1994, p. 138).

De um modo geral, segundo Ricoeur, a história, para autores como Heidegger, Weber, Jaspers, Cassirer, Simmel, Manheim, Gramsci, Aron, Lukács, Sartre, Gadamer e Habermas teve como mote a questão: como abordar de forma compreensiva o outro? Nessa proposta, chamada de idiográfica, para além das diferenças temáticas, os homens, por seus planos e intenções particulares, dariam sentido à história segundo uma narrativa que também deveria ser questionada em si. Em sua historicidade, vivida no tempo (*dasein*), o homem representaria – revivendo – a vida por meio da compreensão do outro, de seu dizer sobre o outro. E para elaborar essa narrativa os homens deveriam, necessariamente, recorrer à experiência. Ou seja, a tradição germânica de pensamento pouco se refere à memória nesse quadro.

Enunciador dessa tese, Dilthey dedicou-se à compreensão dos outros e das suas manifestações de vida¹¹ que estariam prenes de experiências comuns e relacionadas à vida interior que, uma vez apresentadas, dariam forma a complexos de vida, cuja transposição, recriação e/ ou reverência seriam responsáveis pela indicação de permanências ou rupturas na história. Para o filósofo alemão, “o espírito objetivo contém uma ordem que lhe é própria [...] assim, existe como que uma espécie de sistema ordenador na

¹¹ “Por manifestações de vida entendo aqui, não só as expressões que dizem ou significam (querem dizer ou significar) qualquer coisa, mas igualmente aquelas que, sem terem o propósito de ser expressão de uma vida mental, no-la tornam, no entanto, compreensível.” (DILTHEY, p. 259).

humanidade, que liga a regularidade e a estrutura do universalmente humano às categorias pelas quais a compreensão apreende o indivíduo” (DILTHEY, p. 267). A história, para Dilthey, consistia, portanto, numa compreensão sistemática das maneiras de viver, ela seria quase uma exegese, uma “interpretação dos vestígios da existência humana contidos em escritos” (DILTHEY, p. 270), sua ferramenta principal seria, pois, a própria língua.

Ricoeur comunga da tese de Dilthey e vai além, ao assinalar que a linguagem pela qual o historiador efetiva sua arte tem na metáfora sua principal nuance. Segundo Dominick Lacapra, que estudou Ricoeur em *Who rules metaphor?* e sustenta a hipótese apresentada, ainda que distinguida entre semiótica (no nível da palavra), semântica (no nível da sentença) e hermenêutica (no nível do discurso – texto e interpretação), a compreensão da metáfora é o desafio para quem pretende estudar os historiadores e seu trabalho, bem como desses historiadores ao tentar entender e explicar o passado¹². Deve-se lembrar que, a seu modo, Hayden White tem proposta na mesma direção¹³.

Para Ricoeur, a História não estabelece leis, ela as emprega por meio de um dispositivo (regra, preceito, artigo de lei, mecanismo ou conjunto de meios dispostos para um fim), através da narrativa. Surgindo daí uma questão: nesse tipo de trabalho, a narrativa teria um papel essencial ou apenas preencheria as lacunas da pesquisa? Esse caráter lingüístico e narrativo, não foi ignorado por Raymond Aron para o qual a

história é uma aventura espiritual em que a personalidade do historiador compromete-se inteira; para dizer tudo numa palavra, ela é dotada para ele de um valor existencial, e é daí que ele recebe a sua seriedade, seu significado e sua importância (RICOEUR, 1994, p. 142).

¹² “He distinguishes among semiotics (the level of the Word), semantics (the level of the sentence), and hermeneutics (the level of discourse, text, and interpretation). [...] On the level of the world, metaphoric transfer is a case of desviant denomination in contrast with literal or standard usage. On the level of the sentence, it is a case of impertinent predication”. (LACAPRA, 1983, p. 123).

¹³ Cf: WHITE, H. *Meta-historia*. São Paulo: Edusp, 1995 e WHITE, H. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1999.

A presença do historiador é, pois, uma marca basilar nessa vertente historiográfica, bem como seu conhecimento sobre a História, seu olhar acerca da verdade, a própria idéia de verdade. Para Lacapra, “the problem of Ricoeur faces is whether philosophy may appear autonomous only to the extent that it breaks the spirit of language and deals in domesticated or even dead metaphors” (LACAPRA, 1983, p. 132).¹⁴ Segundo Lacapra, para Ricoeur, trabalhar junto à filosofia é essencial para todo historiador que esteja preocupado com os limites de sua compreensão e ciente de que até mesmo a metafísica existe sob as regras da metáfora, uma vez que, desde a retórica proposta por Aristóteles, nota-se uma supremacia da função poética sobre a função referencial dos discursos. Paralelamente,

Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar da elaboração histórica [...] Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo objetivo do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade, mas nenhuma outra história é possível. O historiador fará ainda progressos na compreensão da história, esforçando-se para por em causa, no seu processo de análise, tal como um observador científico tem em conta as modificações que eventualmente introduz no seu objeto de observação” (LE GOFF, 1992, p. 49-51).

¹⁴ Livre tradução: “O problema que Ricoeur enfrenta é se a filosofia pode parecer autônoma apenas na medida em que quebra o espírito da linguagem e a converte/ oferece mediante metáforas domesticadas ou até mesmo mortas”.

Metafórico ou poético, o registro de memória e o discurso historiográfico procuraram, segundo Ricoeur, atender, senão convencer o leitor. As armas de que lançam mão para tal, em geral, estão relacionadas com a pressuposição do que poderá ter êxito ou não. Embora individual esse discurso é marcado pela maneira como o historiador vê seu interlocutor. Do olhar desse historiador tratou Henri-Irenée Marrou, em 1954, na obra *Do conhecimento histórico*, que segundo Ricoeur indica que:

A compreensão é assim incorporada à ‘verdade da história’ (Capítulo IX), isto é, à verdade de que a história é capaz. Ela não é o lado objetivo de que a explicação seria o lado subjetivo. A subjetividade não é uma prisão e a objetividade não é a liberação dessa prisão. Longe de se combaterem, subjetividade e objetividade somam-se “Com efeito, na verdade da história [é o título do penúltimo capítulo do livro], quando a história é verdadeira, sua verdade é dupla, sendo feita, ao mesmo tempo, da verdade a respeito do passado e do testemunho sobre o historiador (RICOEUR, 1994, p. 142).

Na busca dessa verdade elementar, Fernand Braudel, no interior da historiografia francesa, afirma ser necessário entender que

que o indivíduo é o portador último da mudança histórica e que as mudanças mais significativas são as mudanças pontuais, as mesmas que afetam a vida dos indivíduos em virtude de sua brevidade e instantaneidade. É a estas que Braudel reserva o título de acontecimentos (RICOEUR, 1994, p. 147).

Acontecimentos que se dispõem numa história factual, segundo a expressão forjada por Paul Lacombe e retomada por François Simiand e Henri Berr, que, para Braudel, “com oscilações breves, rápidas, nervosas; é a mais rica em humanidade, mas a mais perigosa. Sob essa história e seu tempo individual, desenrola-se uma ‘história lentamente ritmada’ e seu ‘longo prazo’:

é a história social, a dos grupos e das tendências profundas” (RICOEUR, 1994, p. 149). Uma história na qual a “sobreposição de durações é uma das contribuições mais notáveis da historiografia francesa à epistemologia da história – na falta de uma discussão mais refinada das idéias de causa e de lei” (RICOEUR, 1994, p. 149).

Resta saber em que *essa história*, que já não fala de um passado distante, *permanece histórica*. Para Ricoeur, a questão é que *o prazo permanece prazo* e o discurso historiográfico, seu *fazer-se*, garantindo a temporalidade como elemento central e distintivo. Destarte, “na verdade o que interessa ao historiador são não somente os ‘sistemas de valor’ e suas resistências às mudanças, mas também suas mutações” (RICOEUR, 1994, p. 149). Assim, seguir a mudança até onde for necessário é também um dos papéis franqueáveis ao historiador do século XX, que tanto sofreu com a introdução de novas linguagens narrativas como aquela apresentada pela aceleração cinematográfica. Para Georges Duby, estas questões que animaram os historiadores franceses de sua geração já haviam sido colocadas por Althusser e pareciam simples em sua exposição. Segundo ele, “rapidamente me dei conta de que uma sociedade não se explica unicamente pelo material, mas nela intervêm de uma forma igualmente determinante, e por vezes até mais determinante, fatores que revelam do mental, da idéia, da representação ideológica” (DUBY, 1986, p. 9).

Incorporam-se a essa tendência, “em benefício de uma relação direta entre a singularidade do acontecimento e a asserção de uma hipótese universal, logo, de uma forma qualquer de regularidade” (RICOEUR, 1994, p. 162), os estudos sobre as relações entre o homem e a morte, os segmentos ingleses que mantiveram a existência do modelo nomológico¹⁵ e posturas como a de Paul Veyne, que defendeu um acento à noção de intriga em história. Para Paul Veyne, o fim de uma essência dos seres esteve vinculada à quebra das grandes ideologias, promovida pelo totalitarismo dos regimes do

¹⁵ Acerca do qual Ricoeur opina: “Não é a prática da história que alimenta a argumentação, mas a preocupação, mais normativa que descritiva, de afirmar a *unidade da ciência* na tradição do Círculo de Viena” (RICOEUR, 1994, p. 160).

pós-guerra. Essa quebra de paradigmas, como o socialista, suscitou um sentimento de fim do sentido de sua vida – sua História – e, por extensão, da essência que garantia à conquista de si mesmo e à tomada de sua consciência. Para Deleuze, a memória, neste ínterim, e seu par, a história, tiveram, pois, um importante papel de “resgate” das relações do homem consigo mesmo

Memória é o verdadeiro nome da relação consigo, ou do afeto de si por si. Segundo Kant, o tempo era a forma pela qual o espírito se afetava a si mesmo, assim como o espaço era a forma pela qual o espírito era afetado por outra coisa: o tempo era então “auto-afecção”, constituindo a estrutura essencial da subjetividade mas o tempo como sujeito, ou melhor, subjetivação, chama-se memória. Não esta “curta memória” que duplica o presente, que reduplica o lado de fora e que não se distingue do esquecimento, pois ela é ela própria e é sempre esquecida para se refazer sua dobra (pli), com (repli), porque este permanece presente naquela como aquilo que é dobrado. Só o esquecimento (desdobramento, dépli) encontra aquilo que está dobrado na memória (na própria dobra) (DELEUZE, 1988, p. 113).

Para o homem que se percebe sem um fim, sem um destino a ser cumprido ou uma natureza a ser obedecida, sua história é uma história que nega a natureza humana e a teleologia histórica, sua saída é dizer que só há comportamento e que este define personalidades ou tipos de relações específicos (gerais e singulares) que, uma vez registrados e estes registros estudados, tornam-se História. Nessa nova “saída”, para o homem: 1) seus sonhos não se realizam porque os planos para o futuro não são herméticos; 2) sua natureza é cruel e egoísta, segui-la reduziria sua capacidade de civilizar-se; 3) se não se pode garantir ou justificar o presente em seu futuro (teorias), nem tampouco em seu passado (natureza), então que se aceite a banalidade da vida ou se repense o que essas três dimensões da História teriam em comum – a memória e a narrativa.

A mudança dependeria então de uma subversão dos pactos de linguagem vigentes e do estudo de “homens sem qualidade”. Como assinalou Jacques Le Goff, de qualquer maneira não é possível fugir à narrativa em nenhum desses tipos de história, assim como não é possível narrar sem um narrador. Diante dessas possibilidades, que postura assumir? De que problema partir? E, finalmente, como narrar? Como construir uma história ou um quadro narrativo no qual haja uma independência em relação aos próprios pensamentos e propósitos? Essa questão pode latejar na cabeça de alguns historiadores da contemporaneidade que buscam mecanismos que possam equacioná-la. Em outras palavras, que reconhecem que os pactos de verdade não se absolutizam, de modo que as relações de causa e efeito não se impõem à narrativa como um todo, e, por fim, que a dúvida é imposta a cada parte do processo narrativo e mesmo depois da escrita da história é necessário manter uma postura crítica e reflexiva em torno da História, para que, conforme sublinha Paul Ricoeur, “os preconceitos possam ser detectados e submetidos à investigação” (RICOEUR, 1994, p. 169).

Referências

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. BRESCIANI, S. NAXARA, M. *Memória e ressentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001, pp. 287-312.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1996.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, EDUSC, 1999, p. 7-37.

- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo Brasiliense, 1988 (Trad. Claudia Sant'Anna Martins. Rev. Renato Janine Ribeiro).
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. (Trad. Ivone Castilho Benedetti). São Paulo: Edunesp, 2001.
- DUBY, G. ARIES, P. DA DURIE, E. GOFF, J. L. *História e nova história*. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1986.
- DUBY, Georges. *A história continua*. RJ. Zahar/UFRJ, 1993. Trad. Clóvis Marques, Rev. Ronaldo Vainfas.
- EVANGELISTA, Chiara. Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, A. H., VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S.J. *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 185-193.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras: 2006, p. 195-203.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GANEGBIN, Jeanne Marie. O início da história e as lágrimas de Tucídides. *Margem*, n.1, São Paulo: EDUSC, 1992.
- GANEGBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, São Paulo, no. 17, novembro/98.
- GAY, Peter. Freud para historiadores. Campinas, Paz e Terra, 1989.
- HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- JELIN, Elizabeth. *Lostrabajos de lamemoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- JELIN, Elizabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 37-60, 2007.
- LACAPRA, Dominick. Who rules metaphor? Paul Ricoeur's Theory of Discourse. IN: LACAPRA, Dominick. *Rethinking intelectual history: texts, contexts, language*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.
- LALIEU, Olivier. L'invention du "devoir de mémoire". In: *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, 69, janvier-mars, p. 83-94, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 13-37.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; GASPARI, Elio; et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. O eclipse da narrativa. In: *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.
- ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008, v.2.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves. Os campos (in) elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy Alves (org.). *Razão e Paixão na política*. Brasília: UNB, 2002

- SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. BRESCIANI, S. NAXARA, M. *Memória e ressentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- SELIGMAN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2004
- SERRA PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, v.11, n.19/20, p. 199-233, jan.-dez. 2004.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de lamemoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1998.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Lesassassins de lamemoire*. Paris: Découverte, 1987.